

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

INSERÇÃO DAS TEMÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL

CALDAS, Rosangela F., UNESP, <https://orcid.org/0000-0001-6020-9197>, Brasil,
r.caldas@unesp.br

MARTINS, Rúbia, UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-9350-0973>, Brasil,
rubia.martins@unesp.br

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

1 Introdução

A relação entre desenvolvimento e sustentabilidade, tornou-se uma preocupação central da sociedade contemporânea e reflete a crescente tomada de consciência da comunidade (científica, política e civil) internacional sobre os impactos ambientais das atividades humanas.

Os países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 2000, ao observarem o contexto socioambiental mundial, propuseram oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com a finalidade de propor um planejamento, que estabelecesse metas entre os anos de 2000 a 2015. Os resultados alcançaram melhorias na condição de vida das populações. Assim, na continuidade das preocupações de políticas voltadas para o crescimento e desenvolvimento sustentável, ocorreu a conferência Rio+20 que agregou 193 Estados membros da ONU.

Pela importante trajetória que as discussões neste contexto têm apresentado, bem como, no olhar para um crescimento sustentável e indispensável aos países, as temáticas ambientais deveriam encontrar-se no cerne dos estudos de formação dos futuros profissionais que poderão tornar-se agentes de auxílio na criação e implementação de políticas

públicas e modelos de qualidade de vida que impactam o desenvolvimento sustentável.

Diante dessa realidade, emerge a seguinte questão: Como a integração dos tópicos referenciados à sustentabilidade e à temática ambiental, nas grades curriculares dos cursos de arquivologia do Brasil, poderiam contribuir tanto na formação dos profissionais arquivistas, como com as instituições documentais em prol inclusive dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS/ONU)?

O objetivo do estudo foi o de verificar nas grades curriculares dos cursos de arquivologia do Brasil, a existência de disciplinas que abordam as temáticas ambientais e de sustentabilidade uma vez que se faz mister, analisarmos se e de que modo a questão ambiental vem sendo tratada pelos cursos de Arquivologia no Brasil.

2 Informação Ambiental, Sustentabilidade e Ciência da Informação

O conceito de desenvolvimento sustentável elaborado pela comissão Brundtland e apresentado à comunidade internacional no ano de 1987 após a publicação do Relatório Brundtland, tornou-se aspecto central das discussões sobre meio ambiente, sociedade e desenvolvimento a partir de sua legitimação durante a Conferência das Nações Unidas

sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92.

Definido como o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, o novo modelo passou a orientar políticas públicas e ações globais na condução e elaboração de programas e metas de enfrentamento das problemáticas ambientais cuja ideia central, segundo Sachs (2011), consiste na integração entre as dimensões ambiental, social e econômica.

Para Martins (2024), a disponibilidade e acessibilidade de dados ambientais confiáveis, compreensíveis e tempestivos é de fundamental importância para a concreta participação social.

No Brasil, a Lei nº 10.650 (Brasil, 2003) assegura o direito de acesso à informação ambiental e preconiza a transparência e a participação social sobre ações que impactam o meio ambiente. Sistemas como o SISNAMA e instituições como o IBAMA são responsáveis por coletar, organizar e disponibilizar essas informações, o que evidencia a importância de estruturas informacionais bem definidas.

Dessa forma, a Ciência da Informação, ao lidar com processos de produção, organização, mediação e uso da informação (Capurro; Hjørland, 2007) contribui para a construção de sistemas que tornam a informação ambiental acessível e inteligível para diferentes públicos. Já a Arquivologia ao analisar e promover a gestão documental, a preservação e o acesso a documentos de arquivos (Bellotto, 2008), assegura a estruturação institucional, registros e acessos das atividades ambientais, preservação e memória ambiental, bem como fornece à gestão pública instrumentos de planejamentos para efetivação de políticas ambientais.

Em consonância, a Ciência da Informação e a Arquivologia engendram uma cultura informacional voltada à responsabilidade socioambiental, integrando conhecimento científico, políticas públicas e participação social.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa possui abordagem qualitativa do tipo descritiva e exploratória. O método escolhido e utilizado, em proveito do alcance dos objetivos, foi a análise documental. Para Denzin e Lincoln (2018), este método é um procedimento sistemático eficiente para avaliar e revisar documentos, examinando-os e interpretando-os para extrair significado. Assim, acreditamos ser uma valiosa ferramenta prática para ser utilizada no âmbito da pesquisa em educação em prol do alcance dos objetivos.

3.1 Universo da Pesquisa

Segundo o CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos), o Brasil possui 17 (dezessete) universidades que oferecem o curso de arquivologia no nível de graduação. Dentre essas, 13 (treze) são federais, 03 (três) estaduais e 01 (uma) unidade é um Centro Universitário.

O CONARQ é um órgão colegiado idealizado no âmbito do Arquivo Nacional e estruturalmente interligado ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos do Brasilⁱ. Tem por finalidade, definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Assim, entendemos ser um órgão fidedigno para procedermos com a nossa recolha de dados.

Participaram deste estudo, 17 (dezessete) instituições, a saber: 01 Centro Universitário; 03 Universidades Estaduais e; 13 Universidades Federais.

3.2 Procedimento de Recolha de Dados

Inicialmente, para realizar o levantamento dos cursos existentes, utilizamos a listagem disponível no CONARQ.

Alguns cursos disponibilizavam a grade horária diretamente na página online, mas tiveram casos, que foi necessário recorrermos a outros cursos ou ainda, fazer o download do Projeto Político Pedagógico e contactar a secretaria local.

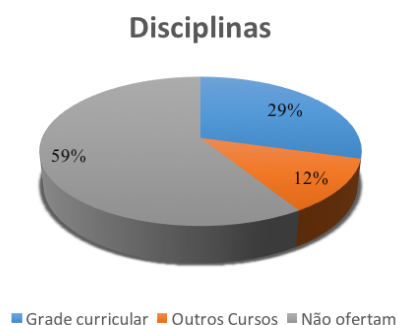
Em um segundo momento, foi elaborada uma planilha com 08 categorias: 1) Nome da instituição; 2) Nome do curso; 3) Endereço/contacto; 4) Nome das disciplinas; 5) Conteúdo abordado; 6) Período; 7) Carga horária e; 8) Condição de oferecimento: obrigatória ou optativa.

4 Resultados Finais

Com vistas à observação das tratativas efetivadas no contexto brasileiro, foram analisadas as grades horárias e documentação referenciada aos cursos, dos últimos 04 (quatro) anos.

Dentre as 17 instituições, 05 (cinco) possuem disciplinas em suas grades curriculares, sendo que duas delas oferecem diferentes nomenclaturas com dois conteúdos programáticos diferenciados cada. Outras duas universidades, permitem que o discente possa realizar a disciplina em outros cursos na forma de optativa, como no curso de Química Industrial, de Administração e Hotelaria sendo que os créditos podem ser considerados para a formação acadêmica (Gráfico 1).

Figura 1: Identificação na Possibilidade dos estudantes em cursar as Disciplinas



Fonte: Elaboração própria (2025).

Portanto, no total do universo de estudo, sete universidades oferecem no curso de Arquivologia - por grade curricular própria ou pela permissão da realização em cursos afins -, disciplinas voltadas para a temática de sustentabilidade e/ou informação ambiental.

5 Considerações Finais

O objetivo do estudo foi alcançado, uma vez que foi possível identificar que dentre as dezessete universidades que oferecem o curso de arquivologia no Brasil, sete oferecem disciplinas em temáticas ambientais conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2: Análise dos Conteúdos em disciplinas ofertadas



Fonte: Elaboração própria (2025).

Interessante faz-se destacar que onze universidades (65%), possuem em seus projetos políticos, a Lei que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, porém, não apresentam disciplinas específicas contendo ementas para tal finalidade. Isso comprova, que mesmo entendendo a necessidade da educação ambiental, os cursos de Arquivologia, ainda precisam se adequar à legislação.

6 Referências

BRASIL. Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes no órgãos e entidades integrantes do Sisnama. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e

privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.

Bellotto, H. L. (2008). Arquivos permanentes: tratamento documental. Editora FGV.

Capurro, R.; Hjørland, B. (2007). O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 12(1), 148-207. <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?lang=pt>.

Denzin, N. K.; Lincoln, Y.S. (2018). *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. SAGE.

LEFF, H. (2014). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Vozes.

Martins, R. (2024). Ciência da informação e problemática ambiental: aspectos conceituais e normativos da informação ambiental. Em C. G.Silva & J. Revez; L. Corujo. (Eds.), *Diálogos na Ciência da Informação - Atas XIV Encontro EDICIC*. (pp. 1241-1247). Colibri.

Sachs, I. (2011). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Garamond.

ⁱ Criado pelo art. 26 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (Brasil, 1991).